

Simulação Ferreira

Ministério Público da União

Instruções

O dia da prova sempre deixa os concurreiros preocupados e ansiosos. A busca pela tão sonhada vaga requer muito estudo e preparação. Pensando nisso, a Editora Ferreira promove o Simulação Ferreira, realizado gratuitamente. Fazer um simulado como este é a melhor maneira de antecipar a experiência do dia da prova.

O simulado segue os moldes das provas do Cespe/UnB e é composto por 50 questões objetivas, numeradas de 01 a 50, devendo o candidato julgar Certo (C) ou errado (E).

Este CADERNO DE PROVA está assim constituído:

<i>Matérias</i>	<i>Questões</i>
Língua Portuguesa	01 a 10
Direito Constitucional	11 a 20
Direito Administrativo	21 a 30
Legislação do MPU	31 a 40
Informática	41 a 50

Agenda (data provável):

- I. 6/9/10 – após as 10 horas, divulgação do gabarito no site: www.editoraferreira.com.br

Boa sorte e muito sucesso!

Coordenação: Ricardo J. Ferreira

Organização: Mariane Ferreira

— Realização —

Língua Portuguesa (questões de 1 a 10)**Henrique Nuno****Texto para os itens de 1 a 6**

(...) Alexandre VI jamais fez outra coisa, jamais pensou em outra coisa senão enganar os homens, sempre encontrando ocasião para assim poder agir. Nunca existiu homem que tivesse maior
05 eficácia em asseverar, que com maiores juramentos afirmasse uma coisa e que, depois, menos a observasse; não obstante, os enganos sempre lhe resultaram segundo o seu desejo, pois bem conhecia este lado do mundo.

10 A um príncipe, portanto, não é essencial possuir todas as qualidades acima mencionadas, mas é bem necessário parecer possuí-las. Antes, ousarei dizer que, possuindo-as e usando-as sempre, elas são danosas, enquanto que,
15 aparentando possuí-las, são úteis; por exemplo: parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e sê-lo realmente, mas estar com o espírito preparado e de modo que, precisando não sê-lo, possa e saibas tornar-te o contrário. Deve-se compreender que um príncipe, e em particular um príncipe novo, não pode praticar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, uma vez que, frequentemente, é obrigado,
20 para manter o Estado, a agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião. Porém, é preciso que ele tenha um espírito disposto a voltar-se segundo os ventos da sorte e as variações dos fatos o determinem e, como acima se disse, não apartar-se do bem, podendo,
25 mas saber entrar no mal, se necessário.

(O Príncipe. Maquiavel. VirtualBooks.
Edição de Ridendo Castigat Mores.)

Considerando as ideias, a estrutura e a organização gramatical do texto acima, julgue os itens a seguir.

► Questão 01

- () O texto permite inferir que a virtude própria do príncipe está no agir conforme as circunstâncias.

► Questão 02

- () Segundo se depreende do texto, se o príncipe não for realmente íntegro, não poderá governar por muito tempo, visto que perderá o respeito de seus súditos.

► Questão 03

- () O desenvolvimento da argumentação do texto mostra que os pronomes em “possuí-las” (l. 12), possuindo-as (l. 13) e usando-as (l. 13) e tomam cataforicamente como referente a expressão “todas as qualidades acima mencionadas” (l. 11).

► Questão 04

- () No trecho “A um príncipe, portanto, não é essencial possuir todas as qualidades acima mencionadas” (l. 10-11), a oração “possuir todas as qualidades acima mencionadas” exerce a função sintática de sujeito da forma verbal “é” (l. 10).

► Questão 05

- () A retirada da vírgula empregada logo após “Porém” (l. 26) prejudicaria a correção gramatical do texto.

► Questão 06

- () O vocábulo “que” tem a mesma função morfológica nas seguintes ocorrências: “Antes, ousarei dizer **que**, possuindo-as e usando-as sempre” (12-14); “Deve-se compreender **que** um príncipe” (l. 19-20); “Porém, é preciso que ele tenha um espírito disposto a voltar-se” (l. 26-27).

Texto para os itens de 7 a 10

Com todos os seus defeitos, a Constituição de 1988 refletiu o avanço ocorrido no país especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias.
05 Entre outros avanços, reconheceu-se a existência de direitos e deveres coletivos, além de individuais. (...) No que diz respeito às minorias, um capítulo da Constituição reconheceu aos índios sua organização social, costumes, língua, crenças e tradições, e
10 os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. O texto constitucional é bastan-

te abrangente, mas, mais do que em qualquer outro campo, há aqui uma enorme distância entre o que diz a lei e o que acontece na prática. O massacre de 15 índios, a invasão de suas terras não deixam dúvidas a respeito dessa distância.

(Boris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 525)

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto, julgue os itens subsequentes.

► **Questão 07**

- () O texto permite a inferência de que, apesar dos esforços dos constituintes de fazer do Brasil um país mais justo, alguns segmentos da sociedade continuam desassistidos e quase nunca têm seus direitos garantidos, embora a lei afirme o contrário.

► **Questão 08**

- () Em “reconheceu-se” (l. 5), o pronome “se” indica que o sujeito da oração é indeterminado, o que contribui para a impessoalização do texto.

► **Questão 09**

- () O emprego do acento grave em “às minorias” (l. 7) justifica-se pela regência de “diz” (l. 7) e pela presença de artigo definido feminino.

► **Questão 10**

- () A expressão “não obstante” parafraseia de modo gramaticalmente correto o termo “Com” (l.1).

Direito Constitucional (questões de 11 a 20)

Rodrigo Menezes

Julgue os itens que se seguem, relativos aos princípios e aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.

► **Questão 11**

- () Um Juiz de Direito expediu mandado determinando a interdição do estabelecimento comercial de Roberto. Nesta situação hipotética, ainda que a ordem judicial seja manifestamente ilegal, Roberto será obrigado a cumpri-la, pois do contrário, estar-se-ia negando o Estado de Direito.

► **Questão 12**

- () O Ministério Público pode requisitar diretamente ao Banco Central, independentemente de autorização judicial, o acesso a dados de movimentação bancária de um indivíduo, quando se tratar de envolvimento de verbas públicas.

► **Questão 13**

- () O direito à alimentação, direito social incluído pela Emenda Constitucional 64/2010, poder ser considerado norma de eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral.

► **Questão 14**

- () Considere a seguinte situação hipotética. Raj nasceu em Dubai, filho de pais brasileiros que lá foram morar em busca de melhores condições de vida. Nesta situação Raj seria considerado brasileiro nato a partir do registro na repartição brasileira competente no exterior, mesmo que nunca viesse residir no Brasil.

Acerca da Organização do Estado e dos Poderes, julgue os itens a seguir.

► **Questão 15**

- () Compete privativamente à União legislar sobre a organização do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

► **Questão 16**

- () O presidente da República somente responde por crimes comuns durante o mandato se simultaneamente: estes não forem estranhos ao exercício das suas funções, a Câmara dos Deputados admitir a acusação por 2/3 dos seus membros e o STF receber a denúncia ou queixa-crime.

► **Questão 17**

- () Compete ao TCU julgar anualmente as contas prestadas pelo presidente da República, mediante parecer prévio, no prazo de 60 dias a contar do seu recebimento.

► **Questão 18**

- () Uma medida provisória editada em agosto de 2001 pode ainda estar em tramitação em 2010 sem ter sido reeditada ou apreciada pelo Congresso Nacional.

► **Questão 19**

- () Compete ao STJ julgar os conflitos de competência entre juízes federais e os juzizados especiais federais.

► **Questão 20**

- () Compete ao STF julgar ação popular contra o Conselho Nacional de Justiça.

Direito Administrativo (questões de 21 a 30)

Cláudio José Silva

Julgue as afirmações feitas abaixo acerca da Administração Pública, de acordo com o texto constitucional e a visão de nossa jurisprudência:

► **Questão 21**

- () No que tange às fundações públicas, admite a doutrina que tais entes possam se revestir tanto como pessoas jurídicas de direito público como de direito privado, sendo que na hipótese de serem tratadas como pessoas jurídicas de direito público, a criação se dará por meio de lei específica, obedecendo a mesma forma de criação das entidades autárquicas.

► **Questão 22**

- () Na concepção do Supremo Tribunal Federal, se a lei que cria ou autoriza a criação de pessoas integrantes da Administração Indireta, já prevê a criação de subsidiária por parte destas entidades, no momento em que a subsidiária for criada não será necessária autorização legislativa como dispõe o inciso XX, do art. 37 da CF/88.

► **Questão 23**

- () As pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Indireta, que explorem atividade econômica estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas inclusive quanto às questões trabalhistas e previdenciárias, excetuando-se, apenas as obrigações tributárias, pois quanto à estas, lei complementar poderá estabelecer privilégios e isenções.

► **Questão 24**

- () A vedação à acumulação de cargos estende-se a todas as entidades da Administração Pública, quer seja direta ou indireta, respeitando-se no entanto as exceções delineadas na própria Carta Constitucional.

► **Questão 25**

- () Um consórcio público que tenha natureza jurídica de direito privado, não se submeterá às normas administrativas no tocante à licitação pública.

Relativamente ao exercício do Poder Discricionário, julgue os itens seguintes:

► **Questão 26**

- () O exercício do poder discricionário tanto é encontrado na edição de todos os atos administrativos negociais, como também nos atos normativos regulamentares, o que permite ao Chefe do Poder Executivo ao regulamentar a lei, aditá-la, adequá-la ou modificá-la, tendo em vista sua melhor aplicação.

► **Questão 27**

- () Na verdade não existe tal poder, tendo em vista que em todos os casos, a lei preverá todos os requisitos e elementos necessários à formalização do ato.

► **Questão 28**

- () É definido como a liberdade conferida pela lei ao administrador, para a escolha da conveniência, oportunidade e conteúdo do ato administrativo.

► **Questão 29**

- () A destituição de servidor comissionado é exemplo típico de ato administrativo discricionário.

► **Questão 30**

- () Ao revogar ato administrativo inconveniente ou inoportuno, a Administração está no legítimo exercício de sua competência discricionária, e torna-se inaceitável juridicamente a retroatividade de seus efeitos.

Legislação do MPU (questões de 31 a 40)

Ernane Teixeira

► Questão 31

- () Os servidores públicos podem, além do vencimento, receber como vantagens indenizações, gratificações e adicionais. As indenizações referem-se a ajuda de custo, diárias e indenização de transporte. O auxílio-moradia é categorizado como vantagem adicional.

► Questão 32

- () Constatada a acumulação ilegal de cargo, emprego ou função pública, a autoridade superior do ente que verificou a irregularidade deve notificar o servidor, por meio de sua chefia imediata, para, no prazo improrrogável de dez dias, apresentar opção pelo cargo em que deseja continuar exercendo suas funções. A opção, no prazo legal, se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo, o que configurará a boa-fé do servidor e o isentará de responder a processo administrativo disciplinar.

► Questão 33

- () Titular de órgão administrativo que delegar parte de sua competência a outro órgão não poderá revogar o ato de delegação.

► Questão 34

- () Quanto à Lei de Improbidade (Lei nº 8.429/1992), julgue: Se um indivíduo pretende tomar posse e entrar em exercício em cargo público efetivo no âmbito do STJ, nesse caso, como não se trata de cargo em comissão, ele não estará obrigado a fornecer a declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

► Questão 35

- () Os quadros de pessoal efetivo do Ministério Público da União são compostos pelas carreiras de analista, técnico e auxiliar, sendo, este último, de nível médio.

► Questão 36

- () Em decorrência de sua autonomia administrativa é assegurado ao MPU propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos de membros da Instituição, mas não lhe compete propor a criação de cargos de serviços auxiliares, cuja iniciativa é privativa do presidente da República.

► Questão 37

- () A Lei Complementar nº 75/93, ao dispor sobre o Ministério Público da União, estabelece que a elaboração da lista sêxtupla, para a composição do Superior Tribunal de Justiça, compete ao Colégio de Procuradores da República.

► Questão 38

- () Equipara-se ao abandono do cargo de procurador do Trabalho a ausência do membro ao exercício de suas funções, sem causa justificada, por mais de quarenta e cinco dias intercalados, no período de doze meses.

► Questão 39

- () O Conselho Superior do Ministério Público Militar é formado pelo procurador-geral da Justiça Militar, pelo vice-procurador-geral da Justiça Militar, por quatro subprocuradores-gerais da Justiça Militar eleitos pelo Colégio de Procuradores da Justiça Militar e por quatro subprocuradores-gerais da Justiça Militar eleitos por seus pares.


► Questão 40

- () O Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União é composto apenas pelo procurador-geral da República, que o preside, pelo procurador-geral do Trabalho, pelo procurador-geral da Justiça Militar e pelo procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios.


Informática (questões de 41 a 50)**Manuel Martins Filho****► Questão 41**

- () No Windows XP, a janela Meu Computador, que pode estar acessível tanto pelo Desktop quanto pelo menu do Botão Iniciar, permite acesso ao ambiente de gerenciamento de pastas e arquivos. Quando a opção de visualização de pastas é acionada apresenta a mesma interface do Windows Explorer.

► Questão 42

- () A função do botão  tanto no Windows Explorer como no Meu Computador é deslocar o endereço selecionado um nível acima. O mesmo efeito pode ser obtido pressionando-se a tecla


**► Questão 43**

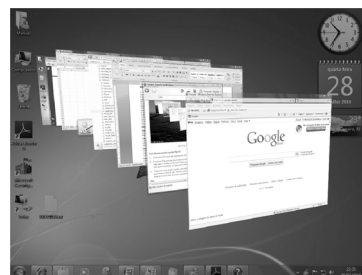
- () Em uma janela do Windows Explorer ao se selecionar um item de um arquivo ou pasta, e em seguida clicar no ícone  será aberta uma janela que permite enviar esse item para a Lixeira após a confirmação na referida janela.

► Questão 44

- () A partir do menu Arquivo do Windows Explorer, o Windows XP oferece ao usuário a opção de criar um arquivo em formato editável no Excel, no Word e no PowerPoint, e também de criar arquivos da suíte BOffice, desde que esses softwares estejam instalados no computador em uso.

► Questão 45

- () O Botão de Energia do Windows 7  permite desligar o computador, como também salvar a sessão e colocar o computador em um estado de baixa energia, para que o usuário possa reiniciar rapidamente o trabalho quando desejar.


► Questão 46

- () A figura acima mostra a Área de Trabalho do Windows 7 com o recurso do AERO, onde as janelas dos aplicativos abertos estão exibidas em um design de vidro translúcido. Para navegar entre as janelas é suficiente pressionar e manter pressionada a tecla do Windows e em seguida, pressionar e liberar a tecla TAB para que o Windows alterne entre as janelas dos aplicativos abertos.

► Questão 47

- () O Writer do BOffice permite ao usuário assinar digitalmente um documento através de comando acionado a partir do menu Ferramentas.


► Questão 48

- () Tanto no Writer como no Calc o botão  permite ao usuário se deslocar para determinado objeto, como por exemplo, uma determinada página no documento em edição ou uma determinada planilha do arquivo. A tecla de atalho para o comando é F5 tanto no Writer como no Calc.

► Questão 49

- () O Writer permite ao usuário gerar arquivos tanto no formato **.doc**, como **.odt**, mas não permite a edição ou alteração de arquivos no formato **.rtf**.

► Questão 50

- () A ferramenta  permite ao usuário escrever e desenhar a mão livre quando estiver no processo de envio de uma mensagem de correio eletrônico através do webmail.

Banca examinadora do simulado

Henrique Nuno

Henrique Nuno da Silva Fernandes é formado em Jornalismo e Letras, pós-graduado em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor de Língua Portuguesa na Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. Atua também na área de preparação para concursos públicos e vestibulares.

Livro publicado: *Português Descomplicado*, pela Editora Ferreira.

Rodrigo Menezes

Rodrigo Menezes é professor de Direito Constitucional em diversos cursos preparatórios do estado do Rio de Janeiro e leciona, por aulas telepresenciais, para alunos de mais de quinze estados do Brasil. É servidor público federal aprovado em 10º lugar nacional no concurso da Polícia Rodoviária Federal.

Livro publicado: *Direito Constitucional – Provas Comentadas da FCC*, pela Editora Ferreira.

Cláudio José

Cláudio José Silva é graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, atualmente integrando a carreira da Advocacia-Geral da União, titularizando o cargo de advogado da União – categoria especial, lotado na Procuradoria Regional da União no Rio de Janeiro. Desde 1999 atua na preparação de candidatos para concurso público, sempre na cadeira de Direito Administrativo. Nesse período, já tem em seu currículo o exercício do magistério nos principais cursos preparatórios e de formação jurídica deste país. No ano de 2009, lançou um site especializado em direito administrativo (www.estudodeadministrativo.com.br), direcionado à divulgação do direito administrativo em suas diversas manifestações, seja jurisprudencial, doutrinária ou legislativa.

Livros publicados: *Manual de Direito Administrativo*, *Resumo de Direito Administrativo* e *Comentários ao Estatuto dos Funcionários do Estado do Rio de Janeiro* (coautoria), todos pela Editora Ferreira.

Ernane Teixeira

Advogado militante na área administrativa e eleitoral, Ernane Teixeira ministra aulas sobre Legislação do Ministério Público, Organização Judiciária, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Eleitoral, Direito Constitucional e Direito Administrativo em diversos cursos preparatórios. Elaborou o projeto de lei municipal que criou a Procuradoria Judicial do Município de Aracati (PROJUD), sendo nomeado seu primeiro procurador judicial em 2001.

Livro publicado: *Legislação do Ministério Público da União – Anotada para Concursos*, pela Editora Ferreira.

Manuel Martins Filho

Manuel Martins Filho é engenheiro de produção, mestre em Engenharia de Sistemas e Computação pela COPPE/UFRJ, doutorando em Inteligência Artificial COPPE/UFRJ e analista de sistema do SERPRO/MF lotado na Receita Federal/7ª RF. É Coordenador dos cursos de Tecnologia em Informática e Ciência da Computação do Centro Universitário Carioca (UNICARIOCA), onde ensina Matemática, Estatística e Informática. Professor dos cursos de pós-graduação em Informática Educativa do EDAI/UERJ e EDAT/UNICARIOCA. Leciona Informática e Estatística no Curso Gabarito/RJ preparatório para concursos públicos.

Livros publicados: *Informática – Coleção Provas Comentadas do Cespe/UnB*, *Informática – Coleção Provas Comentadas do NCE/UFRJ*, *Informática – Coleção Provas Comentadas da Esaf*, *Informática – Coleção Provas Comentadas da FGV* e *Informática – Coleção Provas Comentadas da Cesgranrio*, todos pela Editora Ferreira.